

2 Conceituação de desenvolvimento sustentável

Nos dias de hoje, a sustentabilidade é um tema comum dentro dos debates sobre meio ambiente e desenvolvimento. Segundo José Eli da Veiga, ela é um dos mais generosos ideais que surgiram no século XX e compõe, junto da ideia de “justiça social”, a visão de futuro sobre a qual nossa civilização precisa firmar suas esperanças. Nas palavras do autor:

Ambos são valores fundamentais de nossa época por exprimirem desejos coletivos enunciados pela humanidade, ao lado da paz, da democracia, da liberdade e da igualdade (VEIGA, 2010, p. 14).

Contudo, Veiga alerta que nada garante que o desenvolvimento sustentável ou a justiça social possam ser realizáveis ou, até mesmo, possíveis, apesar de serem partes imprescindíveis de nossa utopia. Outra advertência é que já houve muitas tentativas de definir um conceito de desenvolvimento sustentável. Porém, ainda se trata de um “enigma à espera de seu Édipo” (VEIGA, 2010, p. 13).

Mesmo tendo em vista tais alertas, no presente capítulo discorrerei sobre este conceito. Tomei como base a definição de Ignacy Sachs, segundo o qual o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como aquele “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo” (SACHS, 2010, p. 10).

Outra ideia fundamental neste estudo é que a sustentabilidade está indissociavelmente ligada à equidade¹, como foi colocado no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Isso porque estão em risco os avanços que foram alcançados nos últimos anos, em termos de qualidade de vida das pessoas nos países mais pobres do mundo, caso não se consiga reduzir as crescentes desigualdades sociais e os graves riscos ambientais (UNDP, 2011, p. iv).

¹ A equidade é entendida no relatório como justiça e maior acesso a uma melhor qualidade de vida (UNDP, 2011, p. iv).

Neste capítulo, falarei sobre a construção do conceito de desenvolvimento sustentável, a partir dos textos de Sachs (2009), Muniz e Sant’ana Júnior (2009) e Lima (2003). Em seguida, abordarei a noção de desenvolvimento com base em Esteva (2000), mostrando como ela mudou com o passar do tempo. Farei críticas ao posicionamento de Esteva, a partir de dois autores da antropologia do desenvolvimento – Olivier de Sardan (2001, 2005) e Baré (1997). Destes, indicarei uma abordagem que parece útil para se pesquisar ações de desenvolvimento. Por fim, discorrerei sobre duas classificações que diferenciam alguns tipos de discursos sobre sustentabilidade, feitas por Lima (2003) e Struminski (2006).

Antes de dar início à próxima seção, cabe ressaltar que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável serão tomados como termos equivalentes neste trabalho.

2.1.

A construção do conceito de desenvolvimento sustentável

Desde a década de 1960 cresce a percepção de que existe uma crise ambiental e que ela está vinculada à revolução industrial, devido à excessiva demanda por matéria-prima e territórios e pelas chamadas externalidades dos processos produtivos, as quais podem ser traduzidas por poluição das águas, do ar e da terra, efeito estufa e consequentes alterações climáticas, buraco da camada de ozônio, problemas de saúde, destruição de florestas, comprometimento da biodiversidade etc. (MUNIZ; SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 256).

Com o passar das décadas, cresceu a preocupação acerca de questões ambientais e sociais, percebidas como decorrentes do modelo de desenvolvimento em vigor. Uma série de conferências internacionais² e de pesquisas científicas foram realizadas sobre o assunto.

Nesse contexto, a proposta do desenvolvimento sustentável foi apresentada, no final da década de 1980 e início de 1990, como solução alternativa para a crise ecológica. Pode-se dizer que esta proposta fez parte dos movimentos de

² Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (1972); Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (1992); Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo (2002).

contestação e resistência ao modelo econômico centrado no desenvolvimento, dos quais falam Lenir Muniz e Horácio Sant´ana Júnior (2009, p. 258). Tais movimentos dizem respeito à mobilização de alguns grupos sociais na tentativa de construir modelos alternativos de desenvolvimento ou, até mesmo, alternativas ao desenvolvimento.

A definição clássica de desenvolvimento sustentável foi formulada no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento³, a qual havia sido convocada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1983. O relatório o define como “aquele que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991).

Esta definição enfatiza o duplo imperativo ético mencionado por Ignacy Sachs (2009, p. 67): a solidariedade sincrônica com as gerações presentes e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras⁴. A ênfase neste aspecto pode ser interpretada como uma estratégia para mobilizar os mais diferentes atores envolvidos em prol de um objetivo comum: a sobrevivência de nossa espécie, garantindo condições de vida melhores para as próximas gerações.

Contudo, o desenvolvimento sustentável envolve muitos outros aspectos. Sachs (2009), por exemplo, o usa para defender uma nova forma de civilização, fundamentada no uso sustentável de recursos e preocupada com o direito dos povos. Já Muniz e Sant´ana Júnior afirmam que:

O conceito de desenvolvimento sustentável tenta estabelecer meio ambiente e desenvolvimento como um binômio indissociável, em que questões sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e ambientais encontram-se sobrepostas. Essa proposta assume um significado político-diplomático na medida em que estabelece os princípios gerais que norteariam um compromisso político em escala mundial com vistas a proporcionar o crescimento econômico sem a destruição dos recursos naturais (MUNIZ; SANT´ANA JÚNIOR, 2009, p. 258).

³ A comissão trabalhou de 1983 a 1989, tendo ficado conhecida como Comissão de Brundtland, devido ao fato de ter sido presidida por Gro Harlem Brundtland, Primeira Ministra da Noruega naquele período.

⁴ Sachs ainda acrescenta que alguns defendem um terceiro tipo que seria o respeito para com o futuro de todas as espécies vivas (2009, p. 49).

Por ocasião da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável⁵, realizada em 2002 na cidade de Joanesburgo, na África do Sul, a noção de desenvolvimento sustentável foi apresentada como sendo constituída por três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Assim, foi disseminada a ideia de tripé da sustentabilidade. Segundo Muniz e Sant’ana Júnior, almejava-se o reconhecimento da complexidade e do inter-relacionamento de “questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, educação, conflito e violência aos direitos humanos” (2009, p. 264).

Além da Declaração de Joanesburgo para o desenvolvimento sustentável, a cúpula gerou o Plano de Implementação. Este documento, por sua vez, apresentou quatro elementos do desenvolvimento sustentável: sociedade, ambiente, economia e cultura – equiparando o elemento cultural aos demais a fim de responder às críticas que eram feitas ao conceito de desenvolvimento sustentável por desconsiderar fatores como valores, diversidade cultural, conhecimento, línguas e visões de mundo.

Apesar da constante tentativa de manter um discurso conciliador e ampliar o escopo de atuação, o conceito permanece sofrendo várias críticas. Muniz e Sant’ana Júnior defendem que seja impossível conciliar preservação do meio ambiente com crescimento econômico e que a proposta de desenvolvimento sustentável (segundo os paradigmas determinados pela ONU) não deu certo na lógica do sistema capitalista vigente – pautado na industrialização, no consumo intensivo de bens e na demanda crescente por recursos naturais (2009, p. 274). De acordo com os autores, o conceito corre o risco de se tornar apenas uma maquiagem, sem resolver os problemas sociais e ambientais do planeta (2009, p. 273).

Sachs também alerta para a incompatibilidade de se promover o desenvolvimento sustentável dentro dos marcos atuais do mercado: “O desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições do mercado” (2009, p. 55). O autor defende um desenvolvimento para

⁵ A cúpula também ficou conhecida pelo nome de “Rio + 10”, já que foi realizada 10 anos depois da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento, que, por sua vez, ficou conhecida pelos nomes de “Rio 92” ou “Eco 92”.

além do crescimento econômico, para além do mercado, para além da separação Norte-Sul e para além da economia ecológica. Ele é favorável a uma combinação viável entre economia, ecologia e ciências sociais, afirmando que as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas que compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho.

Outra crítica é feita por Lima (2003, p. 106-107), o qual afirma que os setores da sociedade interessados em um projeto de mudanças de maior amplitude – no caso, um projeto que não sugerisse o predomínio da esfera do mercado na condução da sustentabilidade em detrimento da sociedade civil – têm denunciado a falácia do discurso da sustentabilidade. Suas principais críticas são que a chamada “sustentabilidade de mercado” não atende plenamente aos objetivos de preservação ambiental, não responde à crise social, não consegue conciliar crescimento econômico e participação social e, por fim, não consegue responder à atual crise ético-cultural.

Retomarei o debate a respeito dos discursos de sustentabilidade mais adiante. Antes, porém, abordarei a noção de desenvolvimento, que é importante para melhor compreendermos a própria construção do conceito de desenvolvimento sustentável.

2.2. A noção de desenvolvimento

Alguns dos autores já mencionados fizeram considerações a respeito da noção de desenvolvimento. Para Muniz e Sant’ana Júnior (2009, p. 258-259), por exemplo, ela é geralmente associada a crescimento econômico e também a progresso técnico, modernização e industrialização.

Já Sachs fala sobre a possibilidade de junção do desenvolvimento e dos direitos humanos, com o intuito de reconceitualizar o desenvolvimento como “apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente” (SACHS, 2009, p. 60).

Contudo, é com base em um dos autores referenciados por Muniz e Sant’ana Júnior que discorrerei sobre as mudanças conceituais que ocorreram com a noção

de desenvolvimento, especialmente com relação à gradual incorporação de aspectos sociais.

2.2.1. Mudanças conceituais

Gustavo Esteva, em seu capítulo “Desenvolvimento” da obra *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*, organizada por Wolfgang Sachs, descreve as mudanças conceituais do termo desenvolvimento, enfatizando a gradual tentativa de integração entre seus aspectos econômicos e sociais.

O autor diz que houve uma dissolução do significado de desenvolvimento e que, hoje, seu significado depende do contexto em que é usado. Muitas vezes, o termo é associado a crescimento, evolução e maturação e tem a conotação de mudança favorável e de progresso. No entanto, Esteva procura mostrar que sua construção conceitual esteve associada a um plano político e à dominação colonial.

O termo desenvolvimento é usado metaforicamente na biologia para explicar o crescimento natural das plantas e dos animais. Foi no final do século XVIII que ocorreu a transferência da metáfora biológica para a esfera social (ESTEVA, 2000, p. 62), tendo aparecido como processo gradual de mudança social.

Posteriormente, Marx revelou o desenvolvimento “como um processo histórico que se desdobra com o mesmo caráter necessário das leis naturais” (Esteva, 2000, p. 63). A metáfora absorveu um poder colonizante e converteu a história em um programa, sendo que o modo de produção industrial, que na verdade é apenas uma forma de vida social, tornou-se o objetivo e estágio final da evolução social. A história foi assim reformulada em termos do ocidente.

As muitas metáforas usadas no século XVIII foram incorporadas à linguagem popular no século XIX, fazendo com que o termo desenvolvimento adquirisse grande variedade de conotações⁶, o que contribuiu para a dissolução da precisão de seu significado.

⁶ Um dos novos usos foi a expressão “desenvolvimento urbano”, generalizada no início do século XX.

Na década de 1930, a associação entre desenvolvimento e colonialismo, a qual havia sido estabelecida no século XVIII, ganhou novo significado. Os britânicos, ao tentarem conferir sentido positivo à filosofia do protetorado colonial, difundiram o duplo mandato do colonizador, o qual deveria desenvolver economicamente a região conquistada e se responsabilizar pelo cuidado do bem-estar dos nativos, assegurando níveis mínimos de nutrição, saúde e educação.

No final da década de 1940, o desenvolvimento foi reduzido a *crescimento econômico*, ou seja, crescimento da renda *per capita* nas áreas economicamente subdesenvolvidas. Porém, houve uma inflação conceitual do termo entre as décadas de 1950 e 1990, que foi descrita por Esteva (2000, p. 65-73).

Na década de 1950 reinava o otimismo e as estatísticas e os relatórios oficiais indicavam melhora da situação social e dos programas sociais, o que era visto como consequência natural do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB). Havia uma obsessão com a industrialização e o crescimento do PNB. Esta obsessão obscurecia algumas iniciativas voltadas para o alívio da pobreza e para o desenvolvimento de serviços sociais básicos nos países subdesenvolvidos – iniciativas que encontraram inspiração no 1º Relatório da situação social mundial de 1952, elaborado pelas Nações Unidas.

A expressão “desenvolvimento social” foi introduzida pouco a pouco nos Relatórios da situação mundial, tendo aparecido sem qualquer definição e como substituta para “situação social”. Considerava-se “social” e “econômico” como duas realidades distintas. Aos poucos se difundiu a ideia de tentar estabelecer um equilíbrio entre ambos.

Na década de 1960, que foi a Primeira Década de Desenvolvimento da ONU, o desenvolvimento permaneceu como um trajeto para o crescimento econômico, composto por vários estágios. Desejava-se promover uma integração dos aspectos social e econômico, mas eles ainda eram considerados separadamente. Nesta época, o desenvolvimento social era visto tanto como pré-condição quanto como justificativa moral para o crescimento econômico.

No final da década de 1960, o otimismo quanto ao crescimento começou a diminuir e tornou-se evidente que junto ao rápido crescimento vinham desigualdades também crescentes. Em geral, os aspectos sociais começaram a ser encarados pelos economistas como “obstáculos sociais”. Houve uma revolta contra a restrição do conceito de desenvolvimento a metas e indicadores

quantitativos de certo modo irrelevantes. Pretendia-se efetuar a “destronização” do Produto Nacional Bruto – PNB, porém, não foi possível chegar a uma alternativa que tivesse consenso internacionalmente ou na academia.

Na Segunda Década de Desenvolvimento (década de 1970), pretendia-se fundir os aspectos sociais e econômicos, no lugar de considerá-los separadamente como antes, e formular o paradigma da integração, já que se reconheceu a interação entre recursos físicos, processos técnicos, aspectos econômicos e mudança social. Começou a procura por uma abordagem unificada, que combinasse integração setorial, espacial e regional com um desenvolvimento participativo. Contudo, o empreendimento encontrou resistências, não conseguiu propor soluções fáceis e universais e durou pouco. Ainda assim, renovou o debate sobre desenvolvimento para anos seguintes.

A Segunda Década, apesar de ter se iniciado com a promessa de unificação, evoluiu para a dispersão. Segundo Esteva (2000, p. 69), as chamadas ‘questões importantes’ – o meio ambiente, o crescimento demográfico, a fome, a opressão das mulheres, o problema habitacional e o desemprego – tiveram sucessivamente seu momento de proeminência, seguindo carreiras independentes e concorrendo entre si. Apenas posteriormente, ficaram evidentes as relações complexas que as interligavam e começou de fato o exercício de unificá-las. Essa unificação se daria de forma a manter uma daquelas questões como central. Começou uma disputa por qual delas deveria ser prioritária.

Ainda nesta época, foram discutidas diferentes abordagens, como o desenvolvimento humano, o desenvolvimento integrado, a ideia de satisfação das necessidades básicas e o desenvolvimento endógeno.

Na década de 1980 imperou o pessimismo e ela foi chamada de “década perdida” em relação ao desenvolvimento. Muito do que os países haviam conquistado anteriormente foi abandonado devido ao “processo de ajuste”. Na metade da década já se podia enxergar uma era pós-desenvolvimento que viria a diante.

A década de 1990 trouxe um novo *ethos desenvolvimentista*, com duas vertentes: os países do Norte queriam um re-desenvolvimento para refazer aquilo que foi mal desenvolvido devido à rapidez com que as mudanças ocorreram; os países do Sul, além disso, queriam também derrubar aquilo que havia sobrado do “processo de ajuste” (lixo dos países do Norte, maquiadoras etc.). Para Esteva,

Em termos conceituais e políticos, o re-desenvolvimento adota hoje a forma desenvolvimento sustentado, para “nosso futuro comum”, segundo o relatório da Comissão de Brundtland. Ou então, é ativamente encorajado como um re-desenvolvimento verde e democrático, para aqueles que acreditam que a luta contra o comunismo, o leitmotiv do discurso de Truman, acabou. Mas, na interpretação oficial, o desenvolvimento sustentado foi elaborado explicitamente como uma estratégia para sustentar o “desenvolvimento”, não para dar apoio ao florescimento ou a manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada. (2000, p. 72).

O 1º Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, lançado em 1990, apresentou o “desenvolvimento humano” em termos de um nível de privação que poderia ser internacionalmente comparado, conseguindo assim vencer alguns desafios tradicionais de quantificação e comparação entre países. A mais ambiciosa meta do relatório era elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que sintetizaria o nível de desenvolvimento humano em 130 países. O método consistia na combinação de carências relativas a índices de expectativa de vida, alfabetização de adultos e PNB real *per capita*. Também fazia previsões e estabeleceu “metas sociais viáveis” que deveriam ser alcançadas até o ano 2000.

Apesar de descrever a mudança conceitual do termo, Esteva defende que o desenvolvimento não corresponde a um fenômeno real. Ele procura mostrar que o subdesenvolvimento foi construído como uma estratégia de dominação mundial pelos Estados Unidos, lançada por ocasião do discurso de posse do presidente norte-americano Truman, em 1949. Para dois terços da população mundial, o termo subdesenvolvimento seria um lembrete daquilo que eles não são e a única forma de saírem desta situação seria submeter-se a “experiências e sonhos alheios” (ESTEVA, 2000, p. 65).

A metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social (ESTEVA, 2000, p. 63).

É possível fazer duas críticas ao posicionamento de Esteva com base em autores ligados à antropologia do desenvolvimento, Jean Pierre Olivier de Sardan (2001, 2005) e Jean François Baré (1997). A primeira crítica é que ele desconsidera o poder que as populações “colonizadas” possuem para resistir ou

modificar as imposições que lhes são submetidas por meio dos projetos de desenvolvimento – inclusive o poder das minorias de tirar proveito de sua própria fraqueza e ganhar atenção de grupos externos. Como afirma Olivier de Sardan “as manobras, intrigas, lutas, influências, retóricas e manipulações vêm dos dois lados” (2001, p. 736, tradução nossa).

A segunda crítica é que Esteva mostra uma posição que se enquadra à abordagem de desconstrução do discurso do desenvolvimento, a qual, segundo Olivier de Sardan, tende a unificar o discurso em um só “modelo hegemônico e maléfico”.

Darei a seguir uma breve explicação sobre de que se trata a antropologia do desenvolvimento, mostrarei como esses dois autores conceituam o desenvolvimento e discorrerei sobre alguns aspectos interessantes dessa abordagem que podem ser incorporados a este estudo.

2.2.2. Antropologia do desenvolvimento

Olivier de Sardan (2001) afirma que há três tipos de abordagem da antropologia do desenvolvimento. A primeira é a desconstrutivista supramencionada. Para o autor, este tipo de abordagem desconsidera as inconsistências e contradições das instituições de desenvolvimento e as constantes transformações das políticas de desenvolvimento. Assim, tende-se a unificar um discurso sem levar em conta as nuances e eventuais exceções. A segunda é a abordagem populista, que pode ser ideológica, quando exalta e idealiza os saberes e práticas populares, e/ou metodológica, quando explora os recursos cognitivos e pragmáticos das populações.

Tanto a abordagem desconstrutivista quanto a populista ideológica devem ser superadas, na opinião de Olivier de Sardan, de forma a privilegiar a terceira abordagem, a qual se interessa “pelo emaranhado de lógicas sociais e pela heterogeneidade de atores que se confrontam em torno das operações de desenvolvimento” (Olivier de Sardan, 2001, p. 729, tradução nossa).

A própria noção de desenvolvimento possui uma definição diferente para os teóricos ligados à antropologia do desenvolvimento. Olivier de Sardan (2001, p. 731) afirma que o desenvolvimento é um conjunto de ações que se

autodenominam de desenvolvimento. De forma semelhante, Baré (1997) diz que o mundo do desenvolvimento é um universo conceitual ou categorial específico e que as políticas do desenvolvimento se definem por aquilo que dizem as pessoas que as fazem. São conjuntos de interações complexas entre lugares de reflexão ou de decisão macroeconômica, de burocracias e de administrações, de grupos ou de atores sociais. Ainda segundo Baré, os projetos de desenvolvimento não têm um início, um meio e um fim bem delimitados, nem possuem uma coerência muito definida. São conjuntos de interações entre atores com objetivos e competências heterogêneas. Assim, o papel da antropologia no estudo de tais projetos se restringe em descrever as interações e sua relação com o que se pode apreender dos resultados.

A arena é outro conceito da antropologia do desenvolvimento que pode ser útil para esta pesquisa, a fim de perceber os designers como atores ou agentes que estão inseridos nesta arena e que dialogam ou interagem com outros atores que possuem interesses diferentes.

Olivier de Sardan vê o desenvolvimento local como uma arena política. O autor define a arena como o espaço social em que ocorrem confrontos e competições entre atores sociais⁷ que estão face a face, agrupados em torno de líderes e em facções (2005, p. 189).

Em uma arena, grupos estratégicos heterogêneos se confrontam, movidos por interesses mais ou menos compatíveis (materiais ou simbólicos), sendo que os atores possuem maior ou menor nível de influência e poder. Mas também são encontrados centros de poder local instituído: um emir, um chefe distrital, um sous-préfet, um imam, o chefe da fraternidade, todos têm poderes específicos ligados a suas funções e assim reconhecidos.

Intervenções externas são portanto confrontadas com esses dois tipos de poder, o poder que todos têm e o poder que só alguns têm, e essa combinação intrincada resulta no que podemos nos referir como arena local (OLIVIER DE SARDAN, 2005, p. 186, tradução nossa).

A abordagem que trata do emaranhado de lógicas sociais e o conceito de arena parecem adequados para tratar do tema de desenvolvimento sustentável,

⁷ Olivier de Sardan lista alguns exemplos de atores sociais envolvidos nas políticas de desenvolvimento implantadas no continente africano: camponeses de vários status, jovens desempregados, mulheres, pessoas importantes no meio rural, agentes de desenvolvimento locais, representantes da administração local, membros de ONG's, especialistas visitantes, assistentes técnicos europeus etc.

principalmente para se discutir sobre os diferentes significados que as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável podem adquirir para os diferentes atores envolvidos, inclusive os designers.

Feitas estas considerações, podemos retornar ao assunto dos discursos de sustentabilidade. A seguir, apresentarei dois tipos de classificação. A primeira separa dois discursos principais, enquanto a segunda procura diferenciar os argumentos de determinados grupos.

2.3.

Contradições e semelhanças dos discursos de sustentabilidade

De acordo com Lima, o debate acerca da sustentabilidade vem sendo “apropriado por diferentes forças sociais que passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares” (LIMA, 2003, p. 107). Contudo, pode-se dizer que o autor pertence ao grupo de teóricos que fazem uma abordagem desconstrutivista, pois ele divide os discursos de sustentabilidade em duas correntes principais, ou duas grandes matrizes interpretativas: a primeira corresponde ao discurso oficial da sustentabilidade e a segunda, ao contradiscurso à versão oficial.

O discurso oficial é apresentado por Lima como o desdobramento da proposta feita pela Comissão de Brundtland e pelas conferências da ONU e foi assimilada pelos empresários e pelas organizações não-governamentais. Trata-se de um discurso pragmático, com ênfase econômica e tecnológica, que defende a desaceleração do crescimento populacional e o uso de tecnologias limpas e processos de produção e consumo ecologicamente orientados.

Os defensores desta primeira matriz acreditam que, além de ser possível conciliar ecologia e economia, devido ao dinamismo do sistema capitalista, pode-se usar o esforço de preservação ambiental para estimular a competitividade produtiva, aproximando-se do discurso da modernização ecológica. Há uma tendência desta matriz a desvalorizar argumentos éticos e políticos relacionados a valores biocêntricos, de participação política e de justiça social, em favor dos argumentos técnico-científicos e econômicos.

A segunda matriz interpretativa é uma concepção multidimensional de sustentabilidade, que inclui princípios da democracia participativa e coloca a

sociedade civil organizada em um papel de destaque na transição para a sustentabilidade social. As ideias de autonomia política dos países e de singularidade cultural são enfatizadas. Por tal motivo, e também para evitar uma visão economicista ou universalista, dá-se preferência à expressão “sociedade sustentável” no lugar de desenvolvimento sustentável. Seus defensores não creem que o mercado consiga gerenciar a alocação de recursos de forma sustentável e são contrários ao reducionismo tecnológico. Consideram indispensável incorporar valores éticos de respeito à vida e às diferenças culturais e resolver os problemas de desigualdade social.

Dentro desta segunda matriz, há grupos que defendem e outros que desconfiam da intervenção do Estado. Da mesma forma, existe uma grande diversidade de posições quanto à dimensão ecológica, incluindo principalmente grupos antropocêntricos, mas também outros biocêntricos. Apesar destas divergências internas, tal matriz se caracteriza em geral pela crítica à civilização capitalista, por exemplo, no que se relaciona ao mito do progresso, à idolatria científicista, à importância que é dada ao consumo ou à falta de prioridade concedida ao homem e à vida em comparação com o capital.

Por outro lado, há autores que procuram analisar a sustentabilidade como um discurso, sem, contudo, dicotimizá-lo em duas vertentes. Struminski (2006, p. 47-48)⁸, por exemplo, diferencia cinco tipos de discurso sobre sustentabilidade – dos ecologistas profundos, dos verdes, dos ambientalistas moderados, dos cornucopianos⁹ e dos marxistas – que se assemelham e se distanciam quanto a alguns pressupostos e argumentos.

⁸ Para diferenciar os tipos de discurso, Struminski (2006) se baseia em FOLADORI, G. Una tipología del pensamiento ambientalista. In: *Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. 1. ed. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001. p. 81-128.

⁹ Os cornucopianos são os ambientalistas que acreditam que seja possível superar problemas ambientais por meio de soluções técnicas. “Os ‘cornucopianos’ [...] acreditam na capacidade da tecnologia superar todos os problemas e tornar a produção de bens infinita” (ACSELRAD, 2004, p. 9). Sachs menciona que o grupo dos cornucopianos, durante a preparação da Conferência de Estocolmo de 1972, consideravam as preocupações com o meio ambiente descabidas, priorizavam o crescimento econômico e diziam que as externalidades que fossem produzidas poderiam ser neutralizadas quando os países atingissem a renda *per capita* dos países desenvolvidos (SACHS, 2009, p. 50-51).

Os ecologistas profundos são biocentristas e veem como causas da crise ambiental a ética antropocêntrica, o crescimento populacional e o desenvolvimento industrial. Eles defendem uma relação mais estreita com a natureza, a volta ao passado e às comunidades autossuficientes. Seus pressupostos de sustentabilidade são o igualitarismo biosférico, a contenção do crescimento populacional e o desenvolvimento de tecnologias de pequena escala.

Os verdes, também biocêntricos, acusam a produção sem limites voltada para bens supérfluos, o crescimento populacional e o uso de recursos não renováveis. Eles pregam o uso da ecologia para explicar as relações entre natureza e sociedade. Seus pressupostos são a contenção do crescimento da população, o desenvolvimento de tecnologias limpas, a orientação energética para recursos renováveis, a condenação dos bens supérfluos e as mudanças de valores individuais.

Os ambientalistas moderados (positivistas) são antropocentristas tecnocentristas e acreditam que a crise ambiental se deve a políticas errôneas, desconhecimento e falta de participação estatal. As políticas ambientais de governos geralmente se inserem nesta corrente. Relacionam a sustentabilidade à maior regulação estatal, com políticas econômicas e instrumentos para corrigir o mercado e adoção de tecnologias limpas ou verdes.

O cornucopianos (liberais), também antropocentristas tecnocentristas, negam a crise ambiental e afirmam que eventuais problemas podem ser corrigidos pelo livre mercado sem participação estatal e que não deve haver restrições às tecnologias e ao uso da natureza.

Os marxistas, que são antropocentristas, apenas se interessam pela natureza como esfera de atuação dos seres humanos. Para eles, as causas da crise são as relações sociais capitalistas e defendem uma mudança das relações de produção, o controle dos meios de produção pelos trabalhadores e a cidadania participativa.

As duas classificações apresentadas servem para mostrar que o conceito de sustentabilidade – da mesma forma como o de desenvolvimento sustentável – pode adquirir múltiplos significados, dependendo de quem o enuncia, apesar das constantes tentativas de cunhar definições oficiais, algumas das quais foram apresentadas na seção 2.1 deste capítulo.

Assim, vemos que, ao estudar ações feitas em nome da sustentabilidade, é interessante tentar compreender quais são os interesses e os pressupostos dos

atores envolvidos, pois essa palavra pode ser usada para designar diferentes objetivos. Uma ação poderia ser proclamada como “sustentável”, por exemplo, por dar prioridade ao desenvolvimento de tecnologia de ponta, partindo da hipótese de que a crise ambiental será resolvida com a difusão de tecnologias limpas. Outra, em contrapartida, poderia igualmente fazê-lo por se dedicar ao desenvolvimento econômico e social de uma região, a partir do pressuposto de que o desenvolvimento sustentável só será possível quando se conseguir reduzir as desigualdades. No entanto, ambos os casos poderiam ser criticados. O primeiro, por exemplo, devido aos altos gastos envolvidos que inviabilizariam sua aplicação em países menos desenvolvidos, enquanto o segundo poderia ser acusado de não atender plenamente às legislações ambientais.

Ao trazer esse problema para o contexto do design, podemos nos perguntar de que tipo de sustentabilidade estão falando os designers, no momento em que denominam seus projetos de sustentáveis, e de que maneiras eles pretendem atingir seus objetivos. Como dificilmente se pode esperar que houvesse consensos, podemos partir da hipótese de que existem diversas definições de design sustentável porque os designers têm diferentes concepções de sustentabilidade.

Naturalmente, estes não são o problema e a hipótese deste estudo, pois seria uma meta muito ambiciosa para apenas uma dissertação. No entanto, foi a partir desse tipo de questionamento que comecei a pesquisa. Como será explicado de forma mais clara no Capítulo 4, restringi meu objetivo a compreender como os designers que entrevistei caracterizam seu trabalho, para saber se eles fazem alguma associação à sustentabilidade e qual.

Para fazer esse tipo de investigação, usei um método de análise do discurso oriundo da psicologia – o qual também será descrito no quarto capítulo – mas tomei emprestados alguns elementos da antropologia do desenvolvimento que já foram descritos: a arena, os atores, os interesses. Da mesma forma como Baré e Oliver de Sardan falam sobre maneiras dos antropólogos estudarem as ações de desenvolvimento, acredito que se possa fazer no caso das ações realizadas por designers em nome do desenvolvimento sustentável. Ou seja, procurei estudar os projetos realizados pelos designers, buscando compreender as interações entre os diferentes atores e seus interesses.

Agora que já discorri sobre a construção do conceito de desenvolvimento sustentável, as mudanças ocorridas com a noção de desenvolvimento e os diferentes discursos de sustentabilidade, introduzirei o debate no campo do design.